

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DOS MONITORES PELO OLHAR DA PSICOLOGIA

Tainá Silva Bilheri¹
Thailla Beathriz Carneiro do Carmo²
Tuany Mageste Limongi³
Gabriela Medeiros Vieira⁴

gabrielam_vieira@yahoo.com.br

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Humanas

RESUMO

A Psicologia Escolar evoluiu de uma abordagem diagnóstica e "capacitista" para uma atuação inclusiva que, impulsionada pela legislação brasileira, enfatiza a mediação e o apoio profissional para o desenvolvimento integral de todos os alunos. Leis como a Declaração de Salamanca e a Lei Brasileira de Inclusão fundamentam a garantia do direito de todos à participação e aprendizagem. Visto isso, este artigo consiste em uma revisão bibliográfica realizada com artigos selecionados por meio do Google Acadêmico e da *Scientific Electronic Library Online (SciELO)* a partir das palavras-chave: Psicologia Escolar (*School Psychology*), Educação Inclusiva (*Inclusive Education*), Mediador Escolar (*School Mediator*) e Monitor Escolar (*School Monitors*). No Brasil, embora o número de matrículas na educação especial cresça, muitos monitores atuam sem formação ou supervisão adequada, limitando seu papel e potencializando práticas capacitistas, enquanto a escassez de psicólogos escolares dificulta o acompanhamento individualizado e efetivo desses estudantes. Conclui-se que apesar dos avanços legais e da dedicação dos monitores na educação inclusiva, a falta de capacitação técnica aprofundada e a ausência do psicólogo escolar em muitas escolas da rede de educação básica limitam o suporte ideal aos alunos com deficiência, tornando a supervisão e orientação psicológica essenciais para uma inclusão verdadeiramente efetiva.

PALAVRAS-CHAVE: educação Inclusiva; psicologia escolar; monitor escolar; mediador escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Psicologia, em sua extensão, é uma área de conhecimento muito abrangente que engloba muitas subáreas de pesquisa e atuação, sendo uma

¹ Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Vértix Trirriense – Univértix

² Acadêmica do curso de Psicologia da Faculdade Vértix Trirriense – Univértix

³ Bacharela e Licenciada em Educação Física – Mestre em Educação Física – Docente da Faculdade Vértix Trirriense – Univértix

⁴ Bacharela em Psicologia – Mestre em Neurologia – Docente da Faculdade Vértix Trirriense – Univértix

delas, a Psicologia Escolar, a qual será tratada neste artigo. A história da Psicologia Escolar e Educacional no Brasil traz consigo uma preocupação sistemática com o desenvolvimento do potencial de aprendizagem dentro dos critérios definidos na época, sendo marcado pelo uso de testes psicológicos voltados para diagnósticos.

Hoje, tem-se a aplicação de diversas teorias de aprendizagem, como a Gestalt, o Behaviorismo, o Construtivismo, a Aprendizagem Significativa, a Teoria Experiencial, a Teoria Social Cognitiva, entre outras, que contribuem para o desenvolvimento integral do indivíduo reconhecendo o caráter interacionista das potencialidades humanas e a importância do papel da mediação do meio na aprendizagem. No contexto escolar, esse papel cabe principalmente aos professores, mas não se pode esquecer que todo o sistema que envolve o aluno, também é responsável, e é sobre esse sistema que o Psicólogo Escolar atua. Contudo, até algumas décadas, o papel do psicólogo escolar se pautava naquele profissional que tem por função diagnosticar e tratar de “alunos-problema”, seguindo o modelo médico de doença, de caráter capacitista. Sassaki (2014), menciona que no modelo médico a deficiência é tida como fator responsável pela não participação/não aceitação de pessoas com deficiência nos sistemas da sociedade. Considerada um fator negativo, a deficiência precisaria ser eliminada ou reduzida a fim de que a pessoa com deficiência fosse parte da sociedade.

A trajetória da educação inclusiva no Brasil remonta ao século XIX, com a criação de instituições especializadas para pessoas com deficiência, como o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant - IBC) em 1854 e o Instituto dos Surdos Mudos (atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos - INES) em 1857. Essa fase inicial, porém, era caracterizada pela segregação, com a “educação” ocorrendo em ambientes separados da sociedade.

A partir da década de 1990, impulsionados por documentos internacionais como a Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990) e a Declaração de Salamanca (1994), os representantes no setor educacional no Brasil começaram a efetivamente fundamentar a educação inclusiva inserindo os alunos em classes regulares. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, representa um marco legal crucial, reforçando o direito à educação

inclusiva e proibindo a discriminação e segregação de estudantes com deficiência. O artigo 28, inciso V, por exemplo, estabelece como dever do poder público assegurar "a oferta de profissional de apoio escolar" por pessoas capacitadas ao dever.

Embora não use o termo "monitor" diretamente, o "profissional de apoio escolar" é a figura que muitas vezes se materializa como o monitor, mediador, auxiliar de sala, ou cuidador, dependendo da especificidade e da necessidade do aluno. Como se pode conferir:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar: [...]

XVII – Oferta de profissionais de apoio escolar (Brasil, 2015).

Art. 30. São direitos da pessoa com transtorno do espectro autista: [...]

IV – O acesso:

a) à Educação e ao ensino profissionalizante; [...]

Parágrafo único. Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado (Brasil, 2012).

De tal forma, percebe-se também a importância da atuação conjunta da equipe pedagógica e dos monitores, tornando possível auxiliar as dificuldades de aprendizagem e comportamentais de forma integrada, permitindo intervenções mais direcionadas e o desenvolvimento de estratégias educativas mais eficazes.

Partindo desse pressuposto, o objetivo deste artigo é identificar e analisar o papel dos monitores sob a ótica da Psicologia Escolar, destacando os benefícios para o desenvolvimento integral dos alunos e para a efetividade do processo educativo, a partir de uma revisão de literatura.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação inclusiva é reforçada por marcos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), e pela legislação nacional, como a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). Esses documentos não só estabelecem as bases legais, mas também delineiam a necessidade de ambientes educacionais que acolham a diversidade.

Para que essa inclusão seja efetiva, a atuação do psicólogo escolar é indispensável. A Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) na Educação

Básica do Conselho Federal de Psicologia (2019) é um documento crucial que detalha o papel do psicólogo escolar, apresentando orientações para identificação das necessidades dos alunos, promoção do desenvolvimento e a aprendizagem, e colaborar na construção de estratégias pedagógicas alternativas.

As Técnicas do Conselho Federal de Psicologia (2013) orientam sobre o papel do psicólogo na promoção do desenvolvimento integral dos alunos e na criação de estratégias pedagógicas que atendam às necessidades de todos. Ademais, Antunes (2008) destaca como a psicologia escolar, ao longo de sua história, tem se comprometido com a construção de práticas educacionais mais inclusivas. Desafios e complexidades dessa atuação são também abordados por Cassimiro e Castro (2017), sublinhando a importância de uma prática contínua e adaptável.

Como revisado por Moraes *et al.* (2019), dentre as possíveis parcerias no ambiente escolar, destaca-se a parceria entre o psicólogo escolar e os monitores na efetivação da inclusão, oportunizando a otimização ao atendimento e garantia que as políticas educacionais se traduzam em ações pedagógicas concretas e eficazes. Pois, enquanto o psicólogo fornece a base teórica e as intervenções psicopedagógicas individualizadas, os monitores auxiliam os professores por sua proximidade com o aluno no dia a dia, aplicam essas estratégias e oferecem o suporte direto aos estudantes.

3 METODOLOGIA

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica. A elaboração da parte bibliográfica deste artigo será embasada nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) a partir das palavras-chave: Psicologia Escolar (*School Psychology*), Educação Inclusiva (*Inclusive Education*), Mediador Escolar (*School Mediator*) e Monitor Escolar (*School Monitors*). Os textos de referência serão analisados, comparados e avaliados na íntegra, dentro do escopo do presente estudo.

Como critérios de inclusão foram adotados: trabalhos publicados entre os anos 2010 e 2025, nos idiomas: português ou inglês, estar disponível online na íntegra e se encaixar na temática de identificação e análise da relevância do papel dos monitores sob a ótica da Psicologia Escolar. Enquanto os critérios de exclusão serão: estudos empíricos e projetos de pesquisa.

A partir da busca nas bases de dados, será feita uma triagem por dois pesquisadores de forma independente e em seguida, a síntese das informações coletadas para a formulação do conteúdo deste artigo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na revisão bibliográfica realizada, foi possível identificar diferentes abordagens e desafios encontrados na atuação dos monitores escolares no Brasil. Para facilitar a compreensão das principais atribuições, formações e resultados observados nos estudos, organizamos as informações em uma síntese comparativa, apresentada a seguir. A Tabela 1 destaca os pontos centrais de cada pesquisa, evidenciando como a falta de capacitação formal, a ausência de supervisão e a diversidade de funções atribuídas impactam diretamente na efetividade da inclusão escolar.

A análise da Tabela 1 evidencia que, apesar da crescente demanda por profissionais de apoio, a realidade da formação e atuação desses monitores ainda apresenta fragilidades significativas. Nota-se que, em grande parte dos estudos, os monitores possuem apenas nível médio ou formação inicial, com capacitações pontuais e sem acompanhamento contínuo, o que limita o impacto de suas ações na promoção da autonomia e aprendizagem dos alunos. Além disso, a multiplicidade de funções, muitas vezes extrapolando o cuidado básico para atividades pedagógicas, revela a necessidade urgente de supervisão técnica, especialmente por psicólogos escolares, para garantir que o trabalho desses profissionais seja mais direcionado, ético e eficaz no contexto da educação inclusiva.

Tabela 1 - Atribuições, qualificações e resultados das atuações dos monitores dos artigos selecionados.

Nome do artigo	Autores e ano de publicação	Função do Mediador	Qualificação ou Supervisão	Resultados
A Política Nacional De Educação Inclusiva: A Problemática Do Profissional De Apoio À Inclusão Escolar Com Um De Seus Efeitos	Giovanni Ferreira Bezerra 2020	Cuidado e apoio à autonomia dos alunos, distanciando-se do papel de apoio pedagógico.	Monitores de nível médio ou estudantes universitários, ambos os casos sem supervisão e com capacitações pontuais.	Auxiliam em necessidades básicas (higiene, alimentação e locomoção), mas contribuem pouco para a autonomia, socialização e

				qualidade do ensino.
O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial	Denise Macedo Ziliotto e Amanda Burchert 2020	Cuidado e apoio à autonomia dos alunos, distanciando-se do papel de apoio pedagógico.	Monitores de nível médio ou estudantes universitários, ambos os casos sem supervisão e com capacitações pontuais.	Diversidade de práticas, muitas vezes atreladas a iniciativas individuais, com impacto limitado na articulação com professores e na efetividade da inclusão.
Políticas municipais de Educação Especial em debate.	Carolina Mross Sozo e Clarissa Haas 2024	Cuidado e apoio à autonomia dos alunos, assim como atividades de caráter pedagógico, como registro de avanços, apoio à aprendizagem e auxílio na execução de atividades escolares.	Falta de normas claras sobre formação específica, com rotatividade de profissionais e ausência de efetivos.	Apesar da atuação com alta diversidade de atribuições, muitas vezes além do previsto, os monitores contribuem para a autonomia, socialização e melhoria da qualidade do ensino.
Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?	Mariana Moraes Lopes e Enicéia Gonçalves Mendes 2023	Conduzir grupos focais para coletar dados e facilitar a discussão sobre o perfil e a atuação dos profissionais.	Indica a necessidade de formação continuada, definição de atribuições e supervisão regular, atualmente bastante precária.	Precariedade no perfil e desempenho, más condições de trabalho, desvio de função, além de atuação isolada, sem uma rede de apoio adequada.
Profissional de apoio escolar e políticas públicas em educação especial	Clarissa Haas, Claudio Roberto Baptista e Cláudia Rodrigues de Freitas 2024	Executar funções de apoio para garantir acessibilidade e o desenvolvimento dos estudantes com deficiência.	Formação inicial em nível médio, com ênfase na dependência de laudos médicos e no apoio individualizado.	A atuação é frequentemente pautada por laudos médicos, reforçando a patologização e a dependência do suporte individual.

Fonte: Elaborada pelas autoras (2025).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024), as matrículas na educação especial chegaram a 1.771.430 em 2023, o que representa um crescimento de 41,6% em cinco anos. Esse aumento reforça a importância do trabalho dos monitores, cuja presença se tornou fundamental diante da ampliação das demandas de estudantes com Necessidades Educativas Especiais (NEE).

A literatura, contudo, aponta que a atuação desses profissionais é marcada por diferentes interpretações e práticas. Bezerra (2020) observa que, muitas vezes, sua função se limita ao cuidado básico e ao incentivo à autonomia, mas sem integração efetiva ao trabalho pedagógico. De forma semelhante, Ziliotto e Burchert (2020) identificaram que a ausência de formação continuada e de supervisão reduz a inserção dos monitores no cotidiano escolar. Em contraste, Sozo e Haas (2024) registraram situações em que esses profissionais também desempenham atividades pedagógicas, como o acompanhamento das tarefas e o registro de avanços, embora a alta rotatividade e a falta de diretrizes claras comprometam a continuidade das ações.

Lopes e Mendes (2023) reforçam esse diagnóstico ao destacar a indefinição de atribuições, que favorece o desvio de função e revela condições de trabalho precárias. Haas, Baptista e Freitas (2024) acrescentam que, em muitos contextos, a atuação ainda é guiada por laudos médicos, o que reforça práticas de patologização e dependência individualizada. Esse cenário converge com a análise de Ferreira (2021), para quem os critérios de contratação permanecem frágeis, pois não exigem qualificação específica, distanciando-se das diretrizes legais que garantem o direito a um profissional de apoio capacitado.

Outros autores chamam atenção para as implicações éticas e pedagógicas. Lage, Lunardelli e Kawakami (2023) alertam que a falta de preparo pode perpetuar formas sutis de capacitismo, restringindo a autonomia dos alunos. Siqueira (2017) identificou que a maioria dos mediadores atua sem qualquer tipo de supervisão, o que amplia a vulnerabilidade do trabalho realizado. Mousinho et al. (2010) ressaltam que, quando limitados ao papel de cuidadores, os monitores se restringem a atividades de higiene e locomoção, deixando de exercer um papel mais efetivo na aprendizagem. Em contrapartida, Moraes et al. (2019) destacam que, quando articulados com psicólogos escolares, esses profissionais podem contribuir de forma mais consistente

para o desenvolvimento dos alunos, aplicando estratégias alinhadas às políticas inclusivas.

Por fim, Cassimiro e Castro (2017) lembram que a ausência de psicólogos escolares em muitas redes de ensino sobrecarrega a equipe pedagógica permitindo monitores sem orientação técnica. Assim, embora esses profissionais sejam essenciais no cotidiano escolar, sua atuação ainda é marcada por fragilidades relacionadas à formação, à regulamentação e à supervisão. Nesse cenário, o psicólogo escolar assume um papel estratégico ao oferecer acompanhamento, qualificar práticas e assegurar que o trabalho dos monitores esteja de fato comprometido com a promoção de uma escola inclusiva.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos avanços foram feitos com relação a educação inclusiva, em especial por meio de leis como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (2015) e a Referência Técnica para Atuação de Psicólogas(os) na Educação Básica do Conselho Federal de Psicologia (2019). Entretanto, apesar das leis já existirem, há pendências referentes a real implementação dessas premissas na educação básica.

Outrossim, apesar da presença e atuação de monitores responsáveis por intermediar o ensino para alunos com deficiência ser muito embasada nos princípios éticos, demonstrando empatia, paciência, boa comunicação e interesse no desenvolvimento dos alunos promovendo sua autonomia, os mesmos demonstraram carecer de capacitação técnica e teórica aprofundada.

Portanto, a atuação do psicólogo, conforme as diretrizes do Conselho Federal de Psicologia, seria fundamental para oferecer supervisão e orientação aos monitores, auxiliando-os na compreensão dos processos de desenvolvimento e aprendizagem, e leis que versam sobre as necessidades dos alunos com NEE. Esse suporte técnico-psicológico, além de qualificar a prática dos monitores, contribuiria para sanar desafios como a necessidade de orientação sobre crises comportamentais dos alunos com NEE, quanto a estratégias de manejo mais específicas e recursos alternativos

Ao suprir essas lacunas, será possível otimizar a atuação dos monitores, garantindo um suporte mais completo e especializado aos alunos com deficiência, e contribuindo de forma mais efetiva para uma educação verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. Psicologia escolar e educacional: história, compromissos e perspectivas. **Psicologia Escolar e Educacional**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 469-475, dez. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1413-85572008000200020>. Acesso em: 22 mar. 2025.

BEZERRA, Giovani Ferreira. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: por uma (auto)crítica propositiva. *Roteiro*, [S. l.], v. 46, p. e24342, 2021. DOI: 10.18593/r.v46i.24342. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/24342>. Acesso em: 22 ago. 2025.

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 22 mar. 2025.

CASSIMIRO, Cássia; OLIVEIRA CASTRO. Desafios encontrados na atuação do psicólogo escolar. Orientadora: Profa. Dra. Vanessa Cristina Alvarenga. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário do Cerrado, Patrocínio, 2017. Acesso em: 22 mar. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) na educação básica. Brasília: CFP, 2019. Acesso em: 20 mar. 2025.

FERREIRA, C. B.; SELAU, B.; BOÉSSIO, C. Formação de monitores de alunos com necessidades educacionais especiais. **Plurais - Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 179-196, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/plurais/article/view/10985>. Acesso em: 15 ago. 2025.

HAAS, C.; BAPTISTA, C. R.; FREITAS, C. R. DE .. PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. *Cadernos de Pesquisa*, v. 54, p. e10545, 2024.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Censo Escolar da Educação Básica 2023: resumo técnico*. Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/censo-escolar-2023-mais-de-1-7-milhao-de-estudantes-na-educacao-especial>. Acesso em: 16 ago. 2025.

LAGE, S. R. M.; LUNARDELLI, R. S. A.; KAWAKAMI, T. T. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. **Encontros Bibli**, v. 28, p. e93040, 2023. Acesso em: 27 mar. 2025.

LOPES, M. M.; MENDES, E. G.. Profissionais de apoio à inclusão escolar: quem são e o que fazem esses novos atores no cenário educacional?. *Revista Brasileira de Educação*, v. 28, p. e280081, 2023.

MOUSINHO, Renata; et al. Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862010000100010. Acesso em: 15 ago. 2025.

MORAES, Carolina M.; et al. Educational policies and psychology: a literature review. **Psicologia - Teoria e Prática**, v. 21, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v21n3p255-281>. Acesso em: 22 mar. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Salamanca: UNESCO, 1994. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098427_por. Acesso em: 06 jun. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Capacitismo, incapacitismo e deficientismo na contramão da inclusão. **Revista Reação**, ano XVII, n. 96, jan./fev. 2014, p. 10-12. Atualizado em 1º maio 2020.

SIQUEIRA, Carla Fernanda Oliveira de. Mediação Escolar: a visão dos mediadores escolares sobre o seu papel na inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. 2017. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SOZO, Carolina Mross; HAAS, Clarissa. Políticas municipais de Educação Especial em debate: o profissional de apoio escolar nos processos inclusivos. **Cadernos de Pesquisa**, p. 1–29, 17 Set 2024. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/23426>. Acesso em: 22 ago 2025.

WCEFA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: março de 1990. Nova York, 1999. Acesso em: 20 maio 2025.

ZILIOOTTO, Denise Macedo; BURCHERT, Amanda. O profissional de apoio e a inclusão de alunos público-alvo da educação especial. **Roteiro**, [S. l.], v. 45, p. 1–24, 2020. DOI: 10.18593/r.v45i0.21096. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/21096>. Acesso em: 22 ago. 2025.